



01/07/2016 - Telesíntese

## Anonymous “sequestra” computadores da Anatel em defesa da internet ilimitada

A ação aconteceu na tarde desta sexta-feira e, segundo comunicado do grupo, a iniciativa foi bem sucedida.

Uma célula brasileira da Anonymous acabou, hoje (1) à tarde, manifesto informando que foi bem sucedido em sequestrar, por meio de ransomwares, computadores da Anatel. O objetivo da ação, de acordo com o manifesto, “é cobrar da agência uma posição firme, imutável e permanente sobre o fim da franquia de dados na internet fixa”.

Ransomware é um tipo de malware que, quando entra em um sistema, restringe o acesso e cobra um valor “resgate” para que o usuário possa voltar a acessá-lo.

A iniciativa do grupo faz parte da nova estratégia

de lutar pela liberdade de informação no Brasil, ainda segundo o comunicado. Depois de identificar os computadores estratégicos da agência, a Anonymous “sequestrou” as máquinas e diz que só pretende devolvê-las depois que a Anatel se posicionar ao lado do usuário de internet no Brasil, ou seja, depois que for estabelecido que não haverá franquia de dados na internet fixa.

Até o final da tarde, a Anatel ainda não havia se pronunciado.

Share this:

04/07/2016 - Telesíntese

## Anatel nega ter sofrido sequestro de dados

A Anatel negou, hoje, 4, que os seus computadores tenham sido sequestrados pelo grupo Anonymous, conforme a nota do grupo na tarde de sexta-feira, dia 1. Conforme a agência, o departamento de TI não identificou “qualquer fato concreto que indicasse a invasão dos computadores ou sistemas”.



A Anatel informou hoje, 4, que não registrou qualquer fato concreto “que indicasse invasão e sequestro de dados de computadores da agência por grupo de hacker”, negando, assim que tenha sido atacada pelo grupo Anonymous.

Na tarde da última

sexta-feira, dia 1 de julho, o grupo comunicou em seu site que teria sido bem-sucedido em sequestrar,

por meio de ransomwares, computadores da Anatel. O objetivo da ação, de acordo com o manifesto, “é cobrar da agência uma posição firme, imutável e permanente sobre o fim da franquia de dados na internet fixa”.

Ransomware é um tipo de malware (vírus) que, quando entra em um sistema, restringe o acesso e cobra um valor “resgate” para que o usuário possa voltar a acessá-lo.

Conforme o departamento de tecnologia da agência, não foi identificado qualquer fato concreto que indicasse a invasão dos sistemas ou computadores da agência.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/07/2016 - Convergência Digital

# ONU repudia bloqueio e suspensões de acesso à Internet

O Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou nesta sexta-feira, 1º/7, uma nova resolução sobre a internet, sustentando que os direitos fora da rede, como a liberdade de expressão, devem ser garantidos online. O documento também condena “medidas que intencionalmente previnem ou impedem acesso ou disseminação de informações”.

O novo documento é uma iniciativa do Brasil, juntamente com Nigéria, Suécia, Tunísia, Turquia e Estados Unidos. A defesa dos mesmos direitos online e off-line já era prevista em resoluções aprovadas em 2012 e 2014. Mas o tom do novo documento é mais incisivo e, como mencionado, remete especificamente a bloqueios e outras medidas que interrompem acesso a internet.

Em especial, a resolução ressalta a importância de internet acessível e aberta como parte do desenvolvimento sustentável e condena violações aos direitos humanos como tortura, detenções arbitrárias, expul-

sões, intimidações e assédio, assim como violência de gênero ou contra pessoas que exercitaram seus direitos fundamentais na rede.

No caso dos bloqueios, o documento “condena inequivocamente medidas que intencionalmente previnem ou interrompem acesso a disseminação de informações online em violação às leis internacionais de direitos humanos e convoca todos os Estados a evitarem e cessarem tais medidas”.

Segundo a ONG americana Access Now, ao longo de 2015 foram identificados 15 “apagões” na internet – número que subiu para 20 apenas no primeiro semestre de 2016. Estão aí casos como da Turquia, que nesta semana bloqueou redes sociais após o atentado terrorista no aeroporto de Istambul que causou a morte de pelo menos 42 pessoas. Curiosamente, a Turquia é um dos países que patrocinaram a resolução.

04/07/2016 - Sinttel-ES

# Revista Exame: Telefônica é a empresa do Ano de Melhores e Maiores 2016

A notícia ao lado não é surpresa, diante dos resultados já divulgados pela Telefônica (Vivo/GVT) e do lucro obtido neste primeiro trimestre de 2016. Também não surpreende o fato de a Revista Exame – Edição especial, onde aponta as melhores e maiores empresas deste ano – dar destaque à Operadora. Aos olhos do mercado e da grande mídia está tudo indo bem com a empresa.

Mas não é este o sentimento de centenas de milhares de trabalhadores/as da Telefônica. Desde que comprou a GVT, as mudanças implantadas na fusão das empresas – para os/as empregados/as – nem de longe conseguem atingir as expectativas de melhorias ou avanços salariais e benefícios. Na nova Telefônica o bolo – agora crescido – não será dividido conforme as regras de uma empresa eticamente responsável pelos

seus “colaboradores”.

A matéria da Revista Exame cita que “As iniciativas de melhoria neste sentido aconteceram com mais força e resultados concretos em 2015, ano de integração com a GVT, com trocas de sistemas, equipes e estratégias”.

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho para o estabelecimento de metas e ganhos do Programa de Participação nos Resultados da Telefônica em 2016/2017 vem sofrendo severas críticas por parte dos sindicatos, justamente por querer reduzir a parcela de participação dos/as trabalhadores/as e aumentar as metas a serem cumpridas. A empresa também vem misturando renda variável com PPR, em total desrespeito à lei que estabelece as regras para o acordo de PPR.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

É justamente o contrário do que ocorreu no Acordo negociado há um ano. E quando se imagina: — Ah! A empresa está bem e vamos ser recompensados pelo esforço feito para fidelizar mais de 100 mil clientes! Ledo engano. Os capitalistas nunca querem dividir os bônus com os/as empregados/as. Aos acionistas tudo. Aos trabalhadores que sustentam o lucro, nada!

### Mas, o que os/as trabalhadores/as podem fazer para mudar esse quadro?

Não há uma receita pronta para pressionar a empresa a reverter sua posição. Porém, a mobilização

começa com algumas ações básicas, como conversar sobre essa atitude da Telefônica e a posição que ela ocupa hoje no mercado de Telecom com os colegas. A mobilização vai crescendo à medida que os/as empregados/as tomam consciência dessa brutal desigualdade.

Com a efetiva participação nas assembleias, nas organizações por local de trabalho, sugerindo e ouvindo as estratégias dos sindicatos, certamente será o caminho para a construção de uma grande paralisação nacional em busca de PLR digna e necessária.



Telefônica: companhia foi o grande destaque da 43ª edição de Melhores e Maiores de EXAME



Tatiana Vaz de EXAME.com

Siga-me



São Paulo - Quando o Grupo Telefônica começou a operar no Brasil, em 1996, suas metas eram bem diferentes das atuais: instalar telefones públicos, reduzir o custo de telefonia e sonhar com a oferta de celulares aos brasileiros.

Depois de uma série de desafios competitivos, mudança societária e saltos de atendimentos, a empresa é hoje a maior do setor com quase 100 milhões de clientes em 3.800 cidades do país. E é a Empresa do Ano de Melhores e Maiores 2016 de EXAME.

Tal como suas concorrentes, entende que seu desafio é atender bem e inovar, ainda mais com a tendência de faturar bem mais com dados que com serviços de voz, como no passado.

As iniciativas de melhoria neste sentido aconteceram com mais força e resultados concretos em 2015, ano de integração com a GVT, com trocas de sistemas, equipes e estratégias.

Amos Genish, fundador da empresa adquirida, assumiu o comando da Telefônica com essas missões claras e colocou em prática ações para resolver rapidamente pendências antigas.

Deu mais autonomia aos vice-presidentes e diretores, que passaram a ter encontros mensais em vez de semanais, ganhou mais liberdade da matriz espanhola para definir investimentos e conseguiu melhorar a oferta de banda larga com remendos nas redes antigas.

Na parte operacional, a diretriz foi mapear os picos de reclamações de clientes por regiões e épocas do ano. A descoberta foi que manutenções nas caixas de fiação nas ruas de São Paulo antes do verão evitariam danos às redes e diminuiriam as queixas - o que de fato ocorreu.

A criação de equipes próprias de atendimento no call center e serviço de campo rendeu à empresa melhores parâmetros para a cobrança dos fornecedores.

Passadas as decisões emergenciais, Genish tem agora o desafio de definir que cara a Telefônica terá na próxima década. Em um mundo cada vez mais digital, ele já sabe por onde seguir.

"Nosso foco é entregar a melhor conectividade tanto móvel como fixa, com uma infraestrutura de rede robusta e de alta qualidade", afirma.

Tópicos: Melhores e Maiores, Melhores e Maiores 2016



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/07/2016 - Rede Brasil Atual

# Especialistas apontam riscos de retrocessos com PEC de Temer que reduz gastos públicos

O governo interino enviou ao Congresso proposta que limita por vinte anos as despesas primárias da União em termos reais aos valores de 2016 com o objetivo declarado de reverter a médio e longo prazo o desequilíbrio fiscal do Governo Federal. A depender de seu desenho, a introdução de um limite ao aumento dos gastos pode de fato contribuir para uma melhor administração das finanças públicas, ao elevar a previsibilidade da política fiscal e evitar o aumento excessivo de gastos em momentos favoráveis que acentua o ciclo econômico.

Para isso, nos países em que existe, o limite para os gastos geralmente é definido de modo a compatibilizar sua evolução com a do crescimento do PIB ou, diretamente, da receita que deve custeá-los, ou da dívida pública que se pretende reduzir ou estabilizar. Quando definidos em termos reais, por outro lado, os limites se aplicam tipicamente a um período curto, que frequentemente equivale ao da legislatura, o que permite adaptar a política fiscal a choques adversos e a mudanças nas preferências da sociedade de forma clara e transparente.

Ao se afastar das práticas internacionais e adotar uma regra singularmente severa e inflexível dos gastos primários por um período especialmente longo, a proposta revela um outro objetivo, central, embora disfarçado: redesenhar o Estado para que a parcela do gasto público na renda nacional seja cada vez menor e, com isso, também cada vez menor sua capacidade de atuar reparando injustiças históricas e promovendo uma sociedade menos desigual. Com efeito, ao congelar as despesas reais nos valores atuais, ela concentra todo o aumento da renda resultado do crescimento da economia nos próximos anos em mãos privadas

e impede que parte dele possa custear transferências para estratos mais vulneráveis da sociedade e fornecer mais e melhores serviços públicos para uma população que cresce em número e em demandas.

Se essa redução pretendida pela proposta na capacidade de atuação do Estado já estivesse em vigor desde 2003, os recursos hoje disponíveis para o gasto público seriam cerca de um terço menores do que são, impactando diretamente serviços públicos como os de saúde e de educação. Ao projetar à frente, se a proposta for aprovada e o Brasil crescer nos próximos vinte anos à taxa média dos anos 1980 e 1990 o gasto público, hoje em torno de 40% do PIB segundo dados do FMI, o que o situa próximo à média dos países desenvolvidos, cairia a 26%, como na Zâmbia. Se o crescimento igualar o dos anos 2000, chegaria a 19%, como no Nepal.

A proposta do governo interino traça um caminho contrário ao perseguido pela maioria dos países emergentes, que, em paralelo à elevação da renda per capita, têm aumentado – não diminuído – a participação dos gastos públicos no PIB. Ela inviabiliza o Estado de bem-estar inscrito em nossa Constituição e adotado pela ampla maioria dos países desenvolvidos. Em seu lugar, resgata um modelo de sociedade em que o Estado pouco gasta e pouco faz, o Estado mínimo vigente na maioria dos países onde a população permanece na pobreza. Para quem não utiliza quotidianamente serviços públicos, esse Estado pode parecer ideal. Para a ampla maioria da população que deles depende para educar seus filhos e cuidar de sua saúde e para quem almeja uma sociedade mais justa, a proposta constitui um imenso retrocesso.



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/07/2016 - CartaCapital

## Por que defender a Constituição de 1988

À Constituição de 1988 são devidos 26 anos de estabilidade democrática, o mais extenso período desde 1946.

É preciso festejá-los, pois é nos momentos de segurança democrática que mais avança o processo político, e com ele se fortalecem as organizações sindicais e populares.

Temos todos os motivos (e comungamos de todos os deveres) para defender a legalidade democrática, pois, sempre que ela é rompida são os movimentos populares, os trabalhadores, os camponeses e os pobres que pagam o alto preço da fatura, seja por força das restrições impostas ao exercício da política em geral e do sindicalismo de forma específica, seja pela prática de restrições (também chamadas de 'flexibilização') aos direitos trabalhistas, no que, aliás já se empenha o presidente interino porque esta é, entre nós, a história recorrente dos governantes de direita.

Por isso devemos combater o governo da usurpação, pois pretende impor ao País – trata-se de projeto já em curso – um retrocesso de décadas, expresso na sua proposta para a economia, que visa ao desmonte do Estado, o aprofundamento da desnacionalização, a desvinculação do salário mínimo, a reforma da previdência e a precarização das relações trabalhistas, sob o pomposo nome de flexibilização.

A defesa da legalidade é, hoje como sempre, uma cara bandeira das esquerdas brasileiras: ela se faz agora de par com a denúncia dos atentados que se perpetraram contra a ordem democrático-constitucional, e as ofensas partem do Congresso, do Executivo e, até, do Poder Judiciário, principalmente do Supremo Tribunal Federal, cuja função precípua é a de guardiã da Constituição.

Pois essa Corte faz tábula rasa do seu Art. 5º, o que trata dos direitos e garantias individuais e coletivos.

Em todos os momentos de domínio político pelo



conservadorismo, e estamos em face de sua recidiva (que promete ser a mais profunda nos últimos 20 anos e que se anuncia contundente e longa), as vítimas foram os movimentos populares, e em todos esses momentos a resistência democrática foi a bandeira das esquerdas brasileiras.

Já está o governo interino investindo contra o movimento sindical, contra a previdência social e contra o movimento estudantil.

Mas não é esse o único abismo a nos separar: aqui, os avanços da democracia e da participação, estiveram sempre apoiadas no movimento popular e na legalidade, e, de certa forma, sempre atendendo a suas demandas (como, por exemplo em 1961, com a defesa da ordem constitucional e em nome dela a posse do vice-presidente João Goulart), enquanto a instauração do Estado autoritário (como o de 1937 e o de 1964) dependeu sempre do esbulho, da fraude, do golpe, ainda quando perpetrado sob o manto de um legalismo formal.

De igual intenta consagrar-se o conservadorismo autoritário do governo interino, fraudulento em sua gênese, que promete consolidar-se como poder de fato quanto mais se distancia da expectativa de poder legítimo, meta que se lhe afigura como irrelevante.

Tanto a Constituição 'cidadã' do Dr. Ulysses, quanto o regime de 1946, nasceram após a derrota de duas ditaduras (o 'Estado Novo' de Vargas e a ditadura militar implantada em 1964).

A queda do 'Estado Novo', em 1945, coincidia – como um reflexo – com a demolição do nazi-fascismo e a vitória dos exércitos aliados, cujos feitos abriram caminho para o crescimento no Brasil e em todo o mundo dos movimentos populares, trabalhistas e comunistas, antes reprimidos pela ditadura.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/07/por-que-defender-constituicao-de-1988.html>